



(RE)QUESTIONAR A INTERVENÇÃO SOCIAL NA CIDADE JÁ EXISTENTE

Marluci Menezes

Geógrafa/Antropóloga, Investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Chefe do Núcleo de Ecologia Social (NESO) do LNEC, marluci@lnec.pt

RESUMO

Às intervenções na cidade já existente, associam-se conceitos que, começados por “re” – reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar – expressam aquilo que importa “fazer pelo património urbano” (Portas, 2003). Convivendo entre si, estes conceitos alcançam maior ou menor preponderância, em determinados períodos, e implicam um intuito de capacitar a cidade, sobretudo as suas áreas degradadas e mais decadentes, de vitalidade socio-económica e cultural. Mas, de que se fala quando se refere que importa “reviver” a cidade já existente? Os processos de reabilitação urbana são uma oportunidade de inversão das situações de desfavorecimento social, económico e habitacional das populações, como de promoção activa e interactiva de dinâmicas de valorização sociocultural dos contextos em que estão inseridos. Todavia, a par do considerável avanço técnico, ao nível da intervenção física, no que respeita à intervenção sociocultural as lacunas persistem. O que explica alguns resultados críticos, como a *patrimonialização/culturalização* da cidade já existente. No sentido de explorar alguns aspectos que, no âmbito de uma perspectiva integrada de desenvolvimento urbano, são fundamentais considerar, visa-se discutir algumas implicações socioculturais das ideias feitas sobre *o que/como* fazer pela cidade já existente. A questão, provavelmente, remete para o encontrar de novos modelos de intervenção socio-urbanística e de desenvolvimento urbano.

Palavras-chave: Revitalização. Desenvolvimento socio-urbanístico. Perspectiva integrada. Intervenção urbana.

ABSTRACT/RESUMÉ

The intervention in the pre-existent (or built) city is associated with concepts starting with “re” – rehabilitation, revitalization, reversion, regeneration – meaning what is considered important to “achieve the urban heritage” (Portas, 2003). Related to each other, these concepts reach more or less dominance in certain periods implying, in essence, the intention to capacitate the city, especially its most decadent and degraded areas with socio-economic and cultural vitality. But what does it mean when “re-living” for the historical city is the central question? The processes of urban revitalization are an opportunity to reverse of—social, economical and residential disadvantages situations, and to promote active and interactive dynamics of recovery for the socio-cultural context. Associated with the technical advance of the physical intervention, and concerning on the socio-cultural intervention, it is clear that gaps remain, some criticized results take place, such as the *patrimonialization* and *culturalization* of contexts. The paper aims to discuss the implications associated with socio-cultural set ideas about “how” and “what” must be done for the historical city in order to explore some essential aspects in the context of an integrated development of urban centers. It highlights the need to find new models of socio-urban intervention and urban development.

Key-words: Revitalization. Urban and social development. Integrated perspective. Urban intervention.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de intervenção nas cidades já existentes¹ respeita, em grande medida, a uma situação de crise, degradação e abandono destes contextos. De acordo com Nuno Portas (1985), esta intervenção refere-se ao:

“Conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, actuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc.)” (Portas, 1985:8).

A impressão do que parece ser uma morte anunciada de determinadas cidades já existentes e, como tal, dos seus centros urbanos tem sido, contudo, reequacionada através de uma perspectiva de “re”capacitação dos aspectos (físicos, sociais, económicos e culturais). Aspectos que, à partida, podem comprometer a continuidade e a valorização desses mesmos contextos socio-espaciais.

Todavia, à intervenção na cidade já existente, é subjacente uma multiplicidade de interesses que complexificam o processo de intervenção. Como referido por Bourdin (1996), tais interesses reportam, em síntese, aos seguintes aspectos: (i) à intervenção propriamente dita, com o intuito de reverter o processo de degradação do tecido edificado; (ii) aos interesses do mercado imobiliário e que se colocam em termos da oferta e procura – onde a oferta está relacionada com os produtos, serviços e as significações socio-culturalmente formalizadas e, a procura, está relacionada com interesses individuais, institucionais e sociais; (iii) aos actores sociais envolvidos e à lógica urbana e espacial inerente aos contextos de intervenção.

A complexidade inerente ao processo de intervenção na cidade já existente permite, por agora, observar duas características. Por um lado, as ambiguidades que emergem no âmbito da relação entre a promoção do desenvolvimento socio-económico – através das intervenções de reabilitação urbana – e da defesa da conservação sociocultural – através da salvaguarda do património. Isto é, a complexidade suscitada por essa relação, realça a importância de uma cuidada e equilibrada gestão das partes interessadas. O que infere a também importância em estabelecer-se uma adequada mediação entre desenvolver e conservar.

Contudo, ao longo de uma observação continuada destes processos, verifica-se que, nem sempre, a relação entre desenvolver e conservar tem sido eficazmente mediada. Isto cria desequilíbrios estruturais, de um ponto de vista social, económico e cultural². Numa perspectiva integrada de melhoria da qualidade de vida e de respeito pelo património urbano, é pertinente explorar novas formas de gerir e mediar as ambiguidades e, como tal, os desequilíbrios suscitados pela relação entre desenvolver e conservar.

Por outro lado, chama-nos a atenção, a existência de determinadas distorções entre os critérios técnico-científicos que sustentam os processos de intervenção urbana, e os resultados, muitas vezes críticos, de patrimonialização, culturalização e gentrificação dos contextos intervencionados (Menezes, 2008; Vaz, 2004, Berenstein, 2003; Jeudy, 1990, 2005; Bidou-Zachariasen, 2006). Isto é, admite-se que de um ponto de vista técnico e científico muito se avançou, ao nível da investigação e da implementação de práticas de reabilitação e de salvaguarda do património urbano. Mas, a pressão económica e mesmo política e, a ainda dificuldade de realização de uma efectiva perspectiva de trabalho interdisciplinar, na sua generalidade, não têm contribuído para o estabelecimento de uma cuidada gestão das partes interessadas. Isto, às vezes, descarta a necessária mediação entre desenvolver e conservar, designadamente no âmbito de uma perspectiva integrada entre desenvolvimento socio-económico e urbano, e salvaguarda do património urbano.

O presente texto sistematiza e sintetiza algumas reflexões que temos vindo a efectuar ao longo de um trabalho de pesquisa que, na sua essência, tem estado vocacionada para o estudo das questões da análise/avaliação da qualidade habitacional, da conservação/reabilitação do património urbano, das metodologias de diagnóstico socio-espacial e de apoio técnico, na área da intervenção socio-urbanística. As pesquisas efectuadas foram, sobretudo, em núcleos urbanos e históricos de Lisboa e em empreendimentos habitacionais de promoção pública, distribuídos pelo território português.

A reflexão, aqui desenvolvida, faz uma apresentação sucinta dos significados mais característicos de algumas noções que, iniciadas por “re”, orientam a intervenção no centro urbano, nomeadamente o já existente. Seguidamente, considerando uma experiência mais vincada de trabalho na cidade de Lisboa, de forma sintética, apresentam-se alguns dos principais problemas sociais do seu centro histórico. Observa-se, entretanto, que a manifestação destes problemas não são exclusivos a Lisboa, repercutindo-se em muitas outras cidades históricas do País. Por fim, listam-se alguns aspectos que se julgam importantes considerar, no âmbito da construção de novos modelos de actuação e que, em

síntese, podem contribuir para a construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento urbano.

2 O “RE” DA INTERVENÇÃO URBANA: BREVES COMENTÁRIOS

Os processos de intervenção na cidade já existente evoluíram significativamente, de um ponto de vista processual e conceptual, desde finais dos anos 60, do século XX. Esta evolução é, sobretudo, expressa numa alteração de paradigmas. Designadamente revelada através de uma postura crítica das práticas antecedentes que, por um lado, privilegiavam a conservação e o restauro de elementos isolados do património arquitectónico. Por outro lado, recorriam à demolição e à renovação sistemática do tecido edificado dos centros urbanos já existentes.

“A maior abrangência adquirida pela noção de património arquitectónico, até então apenas associada ao monumento, pouco a pouco, tende para um maior englobamento da complexidade do urbano. A transformação conceptual e prática das formas de actuação na cidade, contribuiu para destacar a imprescindível dinamização da relação entre as dimensões físicas e socioculturais dos contextos de intervenção. O que, em paralelo, implicou o implementar de um processo de (re)adequação do existente – em termos de usos, necessidades e imagens. E mais: a maior abrangência e profundidade de sentidos (e mesmo significados) da intervenção na cidade existente, permitiu desencadear um elaborado processo de (re)invenção do património” (Menezes, 2009).

Salienta-se ainda que:

“A ampliação do conceito de património arquitectónico – antes apenas identificado com o monumento – que passa não apenas a abarcar sequências mais amplas do tecido urbanizado e construído (o quarteirão, a praça, conjuntos característicos), como também a integrar as dimensões físicas e sociais dos contextos de intervenção no conjunto urbano” (Menezes, 2005a: 65).

Progressivamente, a noção de intervenção na cidade já existente passou a considerar “como um dado económico e cultural a estrutura e forma da cidade, dos seus bairros e centros, dos seus edifícios, ruas ou quintais e também como um dado social a trama de relações sociais e de actividades que aquelas estruturas físicas suportam e reflectem” (Portas, 1985: 8). Não menos importante é o facto de que a intervenção no património urbano passou a considerar a importância da sua (re)adequação – em termos de usos, necessidades e mesmo de imagem, como a integrar as dimensões sociais, para além das físicas, nos processos de intervenção. Este último aspecto não é alheio ao surgimento de uma variedade de movimentos sociais nos bairros históricos que, a par da exigência de melhorias das condições de habitabilidade, opunham-se à expulsão dos residentes em função do “saneamento das condições ambientais” (Portas, 1985: 9).

Contudo, desde os anos 60, muito se alterou em termos da dinâmica de intervenção na cidade já existente. Todavia, o que por agora nos interessa salientar é que, desde este período, associaram-se um conjunto de conceitos que enquadram as propostas de intervenção no urbano já existente. Muitos destes conceitos contêm uma característica comum: são iniciados pelo prefixo “re” e inferem o que importa “fazer pelo património urbano” (Portas, 2003)³.

Apresenta-se, de seguida, uma breve sistematização sobre como estes conceitos – reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar, requalificar – têm sido usados no âmbito da intervenção da cidade já existente (Menezes, 2005a).

Quadro 1 – Síntese de alguns conceitos associadas a intervenção na cidade já existente

Noções	Significados mais característicos
Reabilitação/ recuperação	<p>Originalmente, o termo <i>reabilitar</i> está associado à re aquisição ou restabelecimento de direitos, por parte de alguém que deles havia sido privado, numa óptica judicial. Mas, o termo abarca, ainda, uma outra vertente reportada à acção de recuperar, em contexto público ou privado, a relação de estima e consideração (Choay e Merlin; in Vasconcellos e Mello, 2006:58).</p> <p>No que respeita à intervenção urbana, as lógicas da reabilitação ultrapassam a simples melhoria das condições de habitabilidade, destacando-se a preocupação com a defesa da continuidade residencial dos moradores mais carentes e a permanência de comerciantes e artesãos com mais dificuldades de solvência económica (Portas, 2003). Reabilitar sugere, assim, uma acção mais ampla que, conforme Pereira (1986), se oferece como oportunidade de reencontro com o <i>bom</i> conceito que a cidade detinha, assim, recuperando a sua estima pública.</p>
Revitalização/ reutilização	<p>Nos processos de intervenção urbana inspirados pela ideia de <i>revitalização</i>, assume-se a premência da necessidade de recomposição da mistura de actividades e de uma maior diversificação etária, cultural e económica da população residente ou activa, de áreas mais alargadas e, como tal, mais heterogéneas em termos históricos e estéticos (Portas, 2003).</p> <p>O sentido da ideia de <i>revitalização</i> aplica-se, também, ao correlacionar de intervenções de recuperação de âmbito pontual, conforme decorre nos edifícios, como aquelas de âmbito mais geral e que se referem à reabilitação das estruturas sociais, económicas e culturais locais, com o objectivo de melhorar a qualidade global dos contextos de intervenção (Aguiar et al, 1992). A perspectiva de revitalização propõe novos usos ao tecido edificado. Melhor dizendo: propõe uma <i>reutilização</i> do tecido, o que também se relaciona com uma perspectiva de <i>requalificação</i>.</p>
Requalificação	<p>Entenda-se por requalificação urbana um conjunto de intervenções múltiplas que, a partir da identificação dos problemas e das potencialidades dos contextos, tenciona minimizar as vulnerabilidades e (re)valorizar as potencialidades sociais, culturais, económicas e funcionais, através de propostas de melhorias pontuais da situação existente.</p>

Noções	Significados mais característicos (continuação do Quadro 1)
Regeneração	<p>Este termo emerge, com força, em princípios dos anos 80, do século XX e, inspira-se na metáfora do “organismo vivo”, nomeadamente quando do processo em que este organismo demonstra capacidade de reconstituição do seu “tecido danificado”, assim, “repondo um equilíbrio funcional que havia sido perturbado” (Vilares, 2003:100). Esta metáfora permite comparar “a trama de um tecido da pele ao tecido urbano”, deste modo, evidenciando uma vocação para a revitalização / recuperação dos contextos locais, do ponto de vista económico (Vasconcellos e Mello, 2006:60).</p> <p>Usualmente, este termo tem sido associado às reurbanizações mais recentes e identificadas com um modelo económico neoliberal, onde prevalece a privatização de áreas públicas e a gestão do ambiente, através de parcerias mistas (pública e privada).</p>
Reanimação/ Reconversão	<p>Noções que reflectem algumas contradições das intervenções ocorridas na década de 80, do século XX e que decorrem das críticas aos processos de <i>gentrification</i>, ao aumento da actividade turística e da terciarização (marcada, sobretudo, pelas actividades de restauração e de diversão nocturna) dos centros urbanos histótiros.</p> <p>O recurso a estes termos tem por referência a reinvidicação de um novo olhar sobre os problemas das acessibilidades, das infra-estruturas, dos equipamentos locais, bem como da necessidade de alterações significativas na tipologia e construção dos edifícios, de modo a que seja possível adaptá-los a novos usos. Muito embora, a par da proposição de novos usos, seja também reinvidicada a conservação da paisagem urbana e a valorização das características locais, desse modo, recuperando a ideia de indentidade urbana.</p> <p>As noções de <i>reanimação</i> e <i>reconversão</i> dos contextos sustentam também a necessidade de mudanças significativas nos espaços públicos, implicando, em muitos casos, o incrementar de acções de gestão dinamizadas pelas parcerias público-privadas. As intervenções desenvolvidas, sob o chapéu destes termos, têm viabilizado o aumento da capacidade de competitividade entre as cidades, nomeadamente no que concerne às acessibilidades, aos serviços, à animação cultural e à qualidade do ambiente (Portas, 2003).</p>

Os conceitos aqui sistematizados permitem observar que não há uma uniformidade de critérios, no que se refere à nomenclatura associada aos tipos de intervenção na cidade já existente. Deste modo, regista-se a permanência de um espectro de designações que, não raras vezes, sobrepõem – sob designações semelhantes – objectivos e estratégias de intervenção distintos. Para este problema concorre, também, a própria convivência temporal de diferentes ópticas de intervenção que, sucessivamente, ora reivindicam proximidades, ora reivindicam dissemelhanças entre si⁴.

No entanto, implicitamente, estes conceitos inferem a ideia de capacitar a cidade já existente, designadamente as suas áreas mais degradadas e abandonadas, de vitalidade social, económica e cultural. Como assinalado por Vaz (2004), interessa notar que cada um destes conceitos infere práticas que emergiram em conjunturas específicas e que visavam responder a determinados desafios. Tais práticas visavam, de acordo com a autora, tirar

“partido de certas condições, viabilizando certas possibilidades, concretizando determinações específicas de diversas ordens – social, económica, política, espacial, técnica, institucional, cultural”, quer através da adopção de modelos, quer, ainda, a partir do desenvolvimento de “experiências próprias”.

Todavia, quais são os procedimentos e critérios que poderão sustentar uma perspectiva de melhoria das condições físicas, sociais e económicas dos centros urbanos já existentes?

Um dos aspectos que importa considerar é adoptar uma abordagem processual, dinâmica e dialéctica, ao nível da reflexão e das propostas de intervenção no centro urbano já existente. Paralelamente, constata-se que é fundamental trabalhar com uma perspectiva de reabilitação urbana integrada. Isto porque, esta perspectiva evidencia a importância em articular-se às dimensões arquitectónicas, históricas, sociais e culturais. Dimensões que, entretanto, dão consistência aos distintos valores patrimoniais e paisagísticos. Reiterando, ainda, a importância das diversas qualificações e valores físicos do edificado, das funções e actividades que permitem a reutilização do património, bem como a premente necessidade de pensar os núcleos urbanos históricos, como parte integrante de uma cidade mais ampla e moderna, com periferias e subúrbios, muitas vezes problemáticos.

Por reabilitação urbana integrada entende-se uma perspectiva de intervenção que:

“(…) Vai da protecção social dos idosos à formação profissional e enraizamento dos jovens, da implantação de equipamentos de escolaridade e saúde aos de reinserção social dos marginalizados, da criação de postos de trabalho à recuperação dos edifícios com criação de modernas condições de habitabilidade, do tratamento dos espaços públicos de vivência / convivência à disciplina do tráfego automóvel, da preservação correcta da imagem urbana à criação de mecanismos auto-sustentados de defesa e evolução cultural” (Lopes, 1991).

Conforme há muito salientado por Pereira (1987), no âmbito da reabilitação urbana é central:

“ (...) A resolução prioritária das questões que interessam às pessoas a quem a área diz directamente respeito – os seus interesses legítimos, problemas, capacidade, relações sociais e valores próprios, dificuldades de realização do quotidiano, exigências de qualidade e de apropriação dos espaços de vida, necessidade de informação, sociabilidade e de progresso económico – e na aplicação dos seus recursos, iniciativas e capacidades de organização e realização” (Pereira, 1987).

Os princípios que sustentam a reabilitação urbana integrada incluem preocupações de âmbito social, democráticas e ambientais. Estas preocupações assentam numa perspectiva de desenvolvimento de abordagens e intervenções integradas, que ressaltam as questões ligadas ao planeamento regional, à justiça social e à participação social (in Paiva et al, 2006). Tais questões inferem a necessidade de pensar a promoção do desenvolvimento

social e sustentável, a partir do fomento de: 1) abordagens interdisciplinares e multidimensionais; 2) perspectivas socio-ecológicas de análise e interpretação; 3) plataformas de intervenção e manutenção dos contextos, que sejam participadas pelos actores envolvidos com o processo de intervenção.

3 BREVE APRESENTAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS DE LISBOA

A partir da consideração de seis dimensões – de âmbito socio-demográfico, habitacional, ambiental, funcional, organizacional e socio-espacial/urbanístico, abaixo, é sistematizado alguns dos principais problemas sociais que mais afectam os núcleos urbanos históricos da cidade de Lisboa (Menezes, 2005; Paiva, et. al, 2006), e que se encontram em processo de reabilitação urbana, desde meados dos anos 80, do século XX. Salienta-se que, a par da situação de Lisboa – em associação com a cidade do Porto – serem particularmente expressivas, ao nível da amplitude dos problemas sociais identificados – já que as maiores cidades do País – é de se observar que muitas das problemáticas aqui referidas, repercurtem-se de forma mais ou menos evidenciada em outros núcleos urbanos históricos do território nacional.

Quadro 2 – Breve apresentação dos principais problemas dos núcleos urbanos históricos de Lisboa

Dimensões	Principais problemas sociais
Sociodemográfica	<ul style="list-style-type: none"> • População residente envelhecida. • Diminuição do número de residentes a par da saída dos grupos etários mais jovens, o que expressa uma dificuldade na renovação da população. • Baixos níveis de escolaridade a par da existência de situações de insucesso e abandono escolar. • Baixos níveis de qualificação profissional, situações de desemprego, casos de inadequação socioprofissional da população residente às necessidades de trabalho. • Concentração de imigrantes em situação de precariedade, sobretudo, nas maiores cidades.
Habitacional	<ul style="list-style-type: none"> • Precárias condições de habitabilidade (degradação, deficiências funcionais, ambientais e de conforto, necessidades de reorganização do espaço do fogo, etc.). • Falta de oferta de habitação social nos centros urbanos e que tem vindo a continuar nos contextos reabilitados e/ou em processo de reabilitação. • Face às características tipológicas dos edifícios e mediante a existência de um elevado número de idosos, detectam-se problemas de acessibilidade ao / no fogo.

	<p style="text-align: right;"><i>(continuação do Quadro 2)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Situações de inadequação dos fogos mediante agregados familiares numerosos que residem em fogos de dimensões exíguas, e isolados ou famílias monoparentais a residirem em fogos com áreas superiores às suas necessidades. • Dinâmicas de manutenção e limpeza do fogo / edifício, muitas vezes, pouco adaptadas às características construtivas e materiais do edificado.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiente oferta e degradação dos equipamentos comunitários e dos espaços públicos e que, em determinadas situações, não estão adaptados às necessidades e características das populações residentes. • Dificuldade de criação e implementação de dinâmicas de manutenção do tecido edificado, mesmo após a realização de obras de reabilitação. • Situações de risco, face à degradação do tecido edificado, em muitos casos, em estado de ruína iminente.
Funcional	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência da população do apoio social, sobretudo, relacionada com a expressão demográfica de indivíduos idosos. • Emergência de situações de especulação imobiliária ao nível dos fogos reabilitados a par da pressão que se vai sentindo por parte da actividade terciária. • Debilidades ao nível da sustentabilidade e manutenção económica das populações locais, ao nível da vitalização das actividades culturais, da oferta e modernização dos serviços e da actividade comercial.
Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento das dinâmicas e forças associativistas locais. • Inexistência ou deficiências ao nível de projectos que perspectivem o desenvolvimento e a sustentabilidade socio-económica e cultural das populações. • Debilidades ao nível dos programas, planos e projectos de gestão social das áreas degradadas ou em processo de reabilitação urbana. • Inexistência ou deficiências ao nível dos projectos de animação sociocultural. • A implementação de um processo de reabilitação do tecido edificado, muitas vezes, implica a saída provisória dos moradores dos fogos onde residem, o que exige a criação de uma dinâmica de realojamento a par da criação, gestão e manutenção de uma bolsa de fogos rotativos.
Socio-espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Situações de pobreza urbana, exclusão e segregação socio-espacial. • Diminuição da auto-estima das populações residentes. • Falta de ocupação dos jovens, aumento da marginalidade e de alguma delinquência juvenil, muitas vezes, associada às dinâmicas de tráfico e consumo de drogas. • Mediante a abertura destes contextos a novas funções comerciais e de lazer, detecta-se a emergência de conflitos, em decorrência da ocupação diferenciada dos espaços no quotidiano (dia e noite), pela co-presença de diferentes grupos sociais. • Emergência de situações de vandalismo do tecido edificado, mesmo que reabilitado.

No sentido de pensar e actuar *na* e *com* cidade como lugar público (Arantes, 2005), é fundamental reflectir sobre a importância em desenvolver estratégias de intervenção socio-urbanísticas que sejam consistentes. Parte-se do princípio de que, no plano da intervenção na cidade já existente, é pertinente aprofundar o conhecimento sobre os impactes socioculturais das iniciativas começadas pelo prefixo “re” – reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar, requalificar (etc.). Isto porquê, embora tais iniciativas de intervenção urbana detenham um potencial de inversão das situações de desfavorecimento socio-económico e habitacional das populações, bem como de promoção activa e interactiva de dinâmicas de valorização sociocultural dos contextos de intervenção, nem sempre os resultados alcançados têm promovido o desenvolvimento social e urbano, nomeadamente, no que respeita a uma perspectiva integrada.

4 POR UM NOVO MODELO DE INTERVENÇÃO OU DE DESENVOLVIMENTO URBANO?

No âmbito da intervenção urbana importa investigar e promover formas de mediação entre as lógicas de desenvolvimento e de conservação urbanas, de modo a que a salvaguarda e a reabilitação do património se articulem com a promoção de um efectivo e integrado desenvolvimento socio-urbanístico. Isto acentua a importância de olharmos com atenção os seguintes riscos (Menezes, 2005a):

- Atender às necessidades colocadas por determinados interesses, não cuidando de olhar que os contextos de intervenção depreendem uma multiplicidade de interesses que importa mediar.
- Ignorar a heterogeneidade dos territórios e a diversidade das dinâmicas culturais que *constroem* os contextos urbanos, designadamente quando se considera tais espacialidades como homogéneas.
- Considerar a heterogeneidade como se fossem *parcelas* de um todo maior, assim tomando a diversidade como um factor independente e mutuamente exclusivo – não olhando às interpenetrações quotidianas entre *partes*.
- Restringir a ideia de heterogeneidade sociocultural à diversidade de expressões étnicas – obscurecendo a importância, não apenas de outras fontes de heterogeneidade social, como dos processos de recomposição de práticas e representações identitárias múltiplas.
- Atender à diversidade social, não olhando a inclusão dos ‘pobres’¹⁵.

- Fazer prevalecer, em termos de valorização patrimonial, umas parcelas em detrimento de outras – (de certo modo) promovendo o *zonamento* e o *congelamento* de determinadas manifestações ou formas culturais a par de sobrepor determinadas identidades culturais a determinados territórios.

A promoção de uma mediação entre desenvolvimento e conservação, implica trabalhar de forma inter-relacionada, integrada e multidimensional os vários e diferentes aspectos que enquadram os contextos.

A intervenção urbana pode ser concebida como um factor de desenvolvimento da sociedade, onde o acto de intervir na cidade já existente é como um acto de conciliação “entre o construir da sua própria contemporaneidade e a necessidade de conservar as memórias e a cultura dos lugares urbanos” (Aguiar et al, 1992). Tal, permite “reaver o bom conceito de cidade, o crédito de que a cidade dispunha e restituí-la à estima pública” (Pereira, 1987). Mas, como salienta Fortuna (2006), é fundamental que saibamos “modernizar a história e a memória dos lugares, sem as descaracterizar, mas mobilizando-as para o projecto de renovação urbano-cultural das cidades e dos seus velhos centros”. Segundo Bourdin (1996), é importante correlacionar o património urbano com os propósitos sociais, para além dos económicos.

Correlacionar memória, património e projecto a uma estratégia urbana é uma maneira de integrar a cidade já existente na globalidade urbana. O reivindicar de um melhor ambiente e qualidade de vida urbana pressupõem um compromisso entre a cidade já existente – como um património habitado, vivido e em projecção – e as cidades em construção (será que, na verdade, estamos a falar da importância do “re”inventar a cidade nas periferias e subúrbios urbanos?). Tal, possivelmente, poderá ser um indicio de que, na verdade, andamos à procura de um novo modelo de desenvolvimento urbano.

5 CONCLUSÕES

No domínio da ecologia social, enquanto antropóloga vocacionada para o estudo das questões urbanas, tem-se reflectido sobre as articulações entre os processos de intervenção urbana e a conflituosa relação entre a promoção do desenvolvimento sociocultural e a salvaguarda do património cultural e urbano. Nesta linha de trabalho, procurou-se aqui, pontuar alguns aspectos, que nos parecem relevantes considerar, no âmbito do (re)questionar as dinâmicas de intervenção urbana na cidade já existente e do (re)inventar formas de actuação que sejam mais eficazes, de um ponto de vista do desenvolvimento social e urbano integrado.

No desenvolvimento desta reflexão abordaram-se os seguintes pontos:

- Apresentou-se uma breve sistematização de alguns dos principais conceitos que, iniciados pelo prefixo “re”, sustentam dinâmicas de intervenção, com o objectivo de situar algumas das implicações dos processos de intervenção na cidade já existente.
- Identificou-se alguns dos principais problemas sociais dos núcleos urbanos históricos de Lisboa, de modo a apresentar um quadro socio-ambiental que justifica a implementação de um processo de intervenção.
- Apresentou-se alguns aspectos que, na óptica do desenvolvimento social e urbano integrado, nos parecem importantes explorar no âmbito do pensar e actuar na cidade já existente.

O (re)questionar os processos de intervenção nas cidades já existentes é fundamental, designadamente no que se reporta aos impactes sociais, económicos e culturais suscitados. Contudo, parece-nos igualmente fundamental ultrapassar as apreciações demasiado críticas (desconstrutivistas?) dos processos de intervenção que, entretanto, nem sempre clarificam os caminhos a seguir. Julga-se, assim, desafiante reflectir sobre a necessidade de encontrar novos modelos de desenvolvimento urbano e, como tal, de investigação e intervenção socio-urbanística.

AGRADECIMENTOS

Esta reflexão foi desenvolvida no âmbito Projecto de Investigação Programada, “Sistemas construídos: memórias, práticas sociais e ambiências urbanas”, presentemente em curso no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José; REIS CABRITA, António; PAIVA, José V. **Conservação e Reabilitação do Património Edificado, Evolução das Necessidades e Qualificações Profissionais.** Comunicação apresentada no Seminário “Profissões do Futuro”, Póvoa do Varzim, Portugal, 1992 (doc. policopiado).

ARANTES, Otilia. **O Lugar da Arquitectura Depois dos Modernos.** São Paulo: EDUSP, 2005.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De Volta à Cidade: Dos Processos de Gentrificação às Políticas de “Revitalização” dos Centros Urbanos.** 1.^a ed. São Paulo:

Annablume Editora, 2006.

BOURDIN, Alain. **Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain? Professionnels et citoyens face aux témoins du passé.** Les Annales de la Recherche Urbaine, pp. 7-13, n.º 72, Paris, 1996.

CHOAY; Françoise. **As Questões do Património. Antologia para um Combate.** 1.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

FORTUNA, Carlos. **Centros Históricos e Património Culturais Urbanos - Uma Avaliação e duas Propostas para Coimbra.** N.º 254, Coimbra: Oficina do CES, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein. Património cultural urbano: questões contemporâneas. In **Actas do 3º ENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios**, pp. 703-710, Vol. 2, Lisboa: LNEC, 2003.

JEUDY, Henri Pierre (coord.). **Patrimoines en Folie.** 1.ª ed. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Home, 1990.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades.** 1.ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LOPES, Filipe. **A Reabilitação Urbana em Lisboa.** Sociedade e Território, pp. 73-78, n.º 14-15, Lisboa, 1991.

MENEZES, Marlucci. Entre o desenvolvimento sociocultural e a conservação do património urbano. In **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica - Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008**, Barcelona Universidad de Barcelona, 26-30 de Maio de 2008. (<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/70.htm>).

MENEZES, Marlucci. **Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria.** Cidades Comunidades e Territórios, n.º 11, pp. 65-82, Lisboa: CET/ISCTE, 2005a.

MENEZES, Marlucci. **Reabilitação do Habitat Antigo e Recente: Alguns Aspectos da Problemática Social.** Relatório 44/2005. Lisboa: LNEC, 2005.

PAIVA, J. V.; AGUIAR, J.; PINHO, A (coord.). **Guia Técnico de Reabilitação Habitacional.** Vol 1 e Vol. 2, Lisboa: LNEC/INH, 2006.

PEREIRA, Maria da Luz Valente. **Reabilitar o Urbano ou como Restituir a Cidade à Estima Pública.** ITE 16, Lisboa: LNEC, 1986.

PORTAS, Nuno. À volta da cidade. **Actas do 3.º ENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios**, Vol 1, Lisboa: LNEC, 2003, pp. 73-78

PORTAS, Nuno. **Notas Sobre a Intervenção na Cidade Existente.** Sociedade e Território, pp. 8-13, n.º 2, Ano 1, Lisboa, 1985.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia à “regeneração” urbana como estratégia global. In BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De Volta à Cidade: Dos Processos de Gentrificação às Políticas de “Revitalização” dos Centros Urbanos**. 1.^a ed. São Paulo: Annablume Editora, 2006, pp. 59-88.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana L. Howard. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana L. Howard (orgs.). **Intervenções em Centros Urbanos – Objectivos, Estratégias e Resultados**. 1.^a ed. São Paulo: Editora Manole, pp. 1-52, 2006.

VAZ, Lilian Fessler. **A Culturalização do Planejamento e da Cidade – Novos Modelos?** Territórios Urbanos e Políticas Culturais, Cadernos PPG-AU/FAUNA, pp. 31-42, número especial, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

Notas

¹ Por cidade já existente entende-se aquela cujo tecido urbano já está praticamente construído. Contudo, a discussão encetada no presente texto infere sobretudo aquela cidade cujo património urbano é uma condição a ressaltar, isto é, por agora estamos sobretudo a olhar para a problemática dos núcleos urbanos históricos.

² No caso português é, entretanto de salientar determinadas práticas bem sucedidas. Por agora, destaca-se o sucesso da experiência de reabilitação e de conservação do património urbano implementado na cidade de Guimarães e, neste sentido, destaca-se a forma como foi implementada a gestão entre as diferentes partes interessadas. No caso francês, Choay (2011), ao questionar as iniciativas de intervenção urbana que têm patrimonializado e culturalizado determinados contextos urbanos históricos, pontua também exemplos de uma perspectiva integrada de desenvolvimento e conservação urbanas.

³ Na sucessão dos vocábulos reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar (etc.), insinua-se um debate de mais de meio século e que, segundo Portas (2003: 75), está relacionado com as duas Cartas de Atenas, onde ambas “propunham políticas quase opostas – restaurar ou renovar – que se podiam então traduzir por conservar ou substituir e ainda por integrar ou contrastar (opor)”.

⁴ Com o objectivo de compreender os processos de intervenção, sobretudo aqueles que se operam nos centros urbanos, Vargas e Castilho (2006) procederam à delimitação de três períodos característicos: Renovação Urbana (1950-1970); Preservação Urbana (1970-1990); Reinvenção Urbana (1980-2000). Todavia, as autoras observam que esses períodos não são rígidos nas suas delimitações, nem tão pouco mutuamente exclusivos.

⁵ Smith (2006), por exemplo, ao questionar a ideia de promoção da diversidade social através da gentrificação dos centros urbanos sobretudo ocupados por pobres, de modo provocativo propõe a também ida dos pobres para os contextos em que vivem os ricos.